

# O PP NON DEFENDE O GALEGO NO SENADO

XAVIER VILHAR TRILHO

Dá vertigem ver o abismo que abre ante os nosos olhos a atrevida actitude de Partido Popular de deixar de se opor a que o galego se use unicamente na Comissão de Autonomias do Senado e só no debate anual específico sobre autonomias. É escandalosamente tergiversador que parte da imprensa presente tão raquítica medida como que o "PP defende o uso do galego no Senado". A verdade é que, até agora, inclusive vinha opondo-se a tal medida de reforma do regulamento do Senado, aprovada em Fevereiro deste ano pelos grupos do PSOE, CiU, PNV e Mixto, já que o PP só estava disposto a que se utilizaram as línguas cooficiais das Comunidades Autónomas unicamente por parte dos Presidentes autonómicos e que o que estes foram dizer se repartira com anterioridade por escrito, traduzido ao espanhol, aos senadores e que não houvera possibilidade posterior de debate. Daquela parecia-lhe já demasiado avançada a mesquinha medida propiciada basilarmente pelo PSOE. Praticamente, como se vê, "o PSOE e o PP a mesma coisa é".

É espERPéntico que alguns vejam no

"Grande Dirigente Autonómico" Manuel Fraga-Iribarne ("Farol das Autonomias", "Sol da Administração Única", "Esclarecido Propulsor da Autoidentificação") o "Grande Imponedor do Galego", quando é das pessoas que pidem permissão para falar o galego diante do Papa, quando o seu governo nem sequer é capaz de que todos os nenos galego-falantes recebam o ensino primário em galego; quando na Galiza não se pode receber todo o ensino (desde a primária até finalizar os estudos universitários) na lingua nacional do país; quando na televisão autonómica se traduzem os filmes brasileiros ao galego castrado e se escutam mais filmes em "mexicano" dos que se projectam em galego nos canais da televisão

espanhola que se recebem na Galiza; quando não consegue fazer respeitar a toponímia galega, única por lei, ao Presidente da Cidade-Estado da Corunha, Francisco Vázquez; quando na Galiza, em virtude da cooficialidade bilinguística e dos princípios imperantes de liberdade de eleição de língua e de liberdade de mercado, a imensa maioria do que se ve, lê ou escuta está em espanhol.

— — — — —

**‘Estamos lonje de um autêntico tratamento democrático do plurilingüismo, como o que se dá na Confederação Helvética’**

No Reino de Espanha estamos muito lonje de um autêntico tratamento democrático (= igualitário) do plurilingüismo, como o que se dá na Confederação Helvética, em cujos órgãos federais centrais (em todos, não só no *Conselho de Estados*, equivalente ao nosso Senado) se podem utilizar todos os dias do

ano e em qualquer tipo de debate as três línguas oficiais (alemão, francês e italiano) da Confederação. Aos helvéticos não se lhes ocorreu impor o alemão como única língua da Confederação, apesar de constituir os germanófonos o 74% da população, cifra maior da que representam no Reino de Espanha os de fala castelhana nativa, não mais do 58,4% da população do Reino. Há que ter em conta que, entretanto na Suíça os francófonos e os italianófonos representam o 20% e 5% respectivamente da população total, no Reino de Espanha as comunidades linguísticas históricas catalã, galega e basca significariam no 1970 (ano do último censo anterior à aprovação da actual Constituição de 1978), de estar completamente reconstituídas, o 26%, o 7,8% e o 7,1% respectivamente da população total do Reino. Quere-se dizer que na Suíça, a diferença daqui, se segue a regra de ouro de tratamento democrático das minorias, a de que "as minorias nunca devem ser minorizadas".♦

XAVIER VILHAR TRILHO é professor da Universidade de Santiago